

MINAS CONTRA O DESMATAMENTO

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.

A preservação da biodiversidade, o combate ao desmatamento ilegal e a restauração ambiental são compromissos do Governo de Minas com a população para assegurar o desenvolvimento sustentável no estado. De acordo com dados do Instituto Estadual de Florestas (IEF), cerca de 32,9% do território mineiro ainda são de áreas remanescentes de cobertura vegetal nativa, dos biomas Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga, preservando grandes riquezas naturais do nosso estado. De 2019 ao primeiro trimestre de 2023, cerca de 57 mil hectares de área foram recuperadas, com ações para conservar, ampliar e consolidar as áreas de vegetação nativa e recuperar as áreas degradadas ou alteradas.

Esse compromisso está alinhado à iniciativa global Race to Zero - que visa neutralizar as emissões de gases de efeito estufa no planeta até 2050 - a qual Minas foi o primeiro estado da América Latina a aderir. A redução do desmatamento ilegal e a restauração florestal de forma continuada para ampliar os estoques e a remoção dos gases de efeito estufa estão entre as estratégias identificadas no Plano Estadual de Ação Climática, lançado no final de 2022 como desdobramento da adesão ao Race to Zero, e que estabelece metas para mitigação e adaptação aos efeitos adversos do clima para o território mineiro.

Investimentos em tecnologia, prevenção, fiscalização, conservação ambiental, dentre outras importantes ações, são realizados rotineiramente pelo Estado e vêm garantindo que Minas Gerais se mantenha na vanguarda da preservação ambiental no país. A união de esforços entre o poder público em todas as suas esferas, setor produtivo, terceiro setor e a sociedade é fundamental para que os resultados sejam cada vez mais efetivos, com Estado e municípios trabalhando juntos em prol da sustentabilidade.

A partir deste mês de maio, o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) lança o boletim mensal "Minas Contra o Desmatamento", com o intuito de divulgar informações sobre essas iniciativas e envolver a sociedade no compromisso constante com a sustentabilidade. Os resultados alcançados nos últimos anos apontam que estamos no rumo certo, embora o caminho seja de aprimoramento contínuo.

MINAS FORTALECE MONITORAMENTO CONTÍNUO DA VEGETAÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRA O DESMATAMENTO ILEGAL E PROPÕE PACTO PELA PRESERVAÇÃO



O combate ao desmatamento ilegal no estado é umas das principais metas do Governo de Minas, que vem investindo, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), em importantes ações estratégicas. Além das cerca de 3 mil fiscalizações realizadas somente no primeiro trimestre deste ano e dos investimentos em monitoramento contínuo das áreas, o Estado quer somar esforços com as gestões municipais para atuar de forma ainda mais efetiva e preventiva nas regiões mais críticas.

As ações de fiscalização de desmatamento são orientadas, entre outros fatores, pelo monitoramento contínuo da vegetação, por meio do qual é possível detectar mudanças na cobertura do solo em curto intervalo de tempo, possibilitando, assim, uma ação rápida de fiscalização nas áreas ilegalmente desmatadas.

Diante disso, a Semad busca fortalecer as parcerias e convida os municípios de regiões que apresentaram mais focos de desmatamento para a assinatura de um Protocolo de Intenções para o desenvolvimento de ações preventivas conjuntas e articuladas, a fim de reduzir a ocorrência de desmatamento ilegal em seu território.

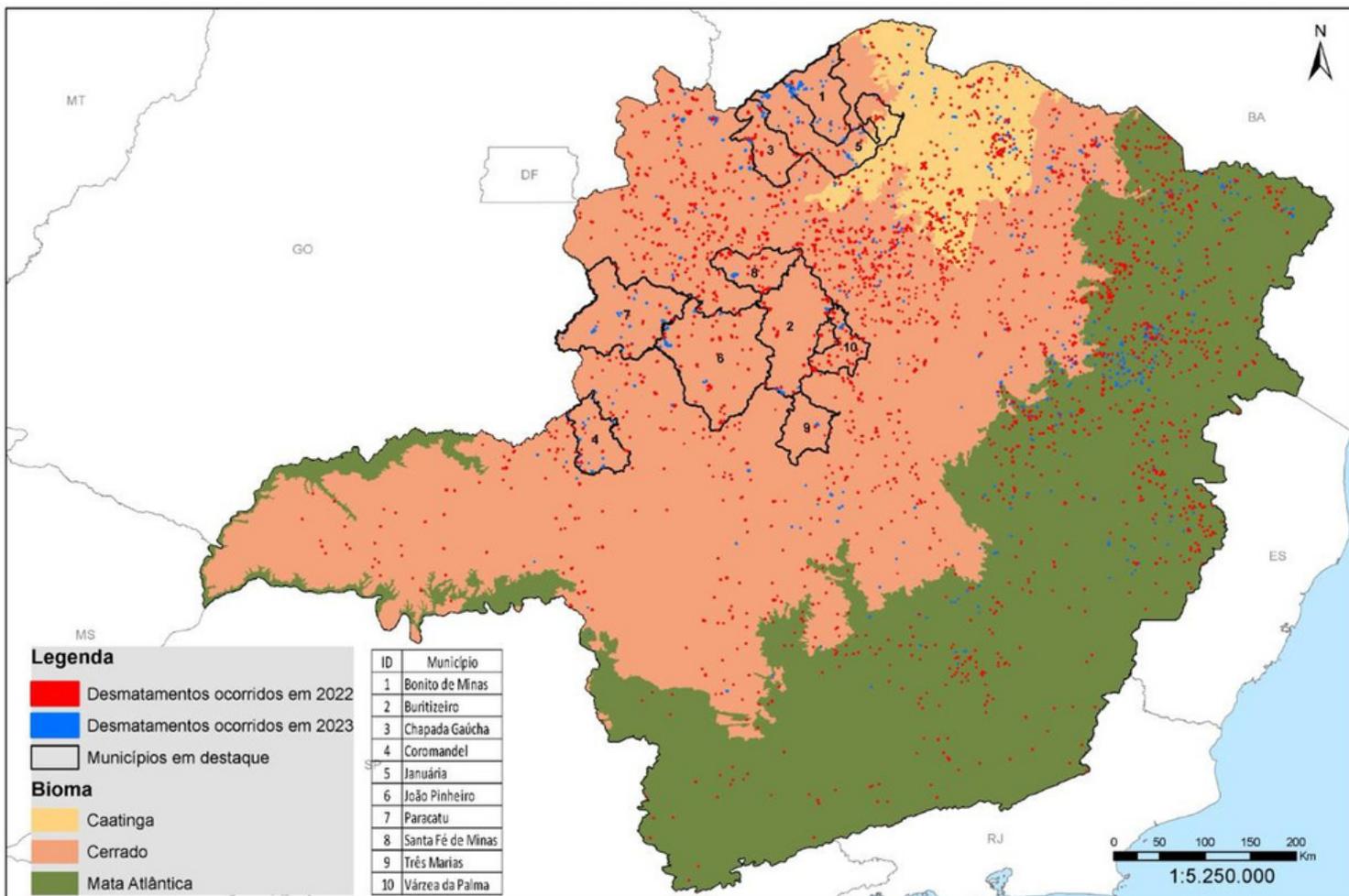
Destacamos ainda que, para o biênio 2023-2024, o Plano de Ação de Combate ao Desmatamento prevê o fortalecimento do diálogo com setores produtivos e governos municipais, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre as consequências da atividade ilegal para o meio ambiente e para a população, além de fomentar a regularização das intervenções pretendidas, com suas devidas condicionantes.

"Essa parceria busca unir esforços no combate ao desmatamento ilegal para que possamos desenvolver ações preventivas conjuntas com os municípios para a garantia da manutenção dos nossos biomas e do diferencial do estado de Minas Gerais na biodiversidade e sustentabilidade. As ações articuladas também possibilitam fortalecer o compromisso da maior parte dos agricultores e setor produtivo do estado que cuidam das florestas e preservam os ecossistemas".

Marília Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Ocorrência de desmatamento em Minas Gerais Monitoramento Contínuo da Vegetação IEF 2022/2023





DADOS DE FISCALIZAÇÃO (JAN-ABR/2023)

52 OPERAÇÕES
SEMAD/PMMG

2946 NÚMERO DE
FISCALIZAÇÕES

6066 HECTARES EM ÁREA
FISCALIZADA

1920 NÚMERO DE
INFRAÇÕES



FISCALIZAÇÕES CONTRA O DESMATAMENTO

ANO	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
2019	6108	3601
2020	6336	3347
2021	7391	4316
2022	10632	6527
2023	2946	1920
TOTAL	33413	19711

FISCALIZAÇÕES - POR BIOMA (2019 A 2023)

BIOMA	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
CAATINGA	652	400
CERRADO	13826	8464
MATA ATLÂNTICA	18744	10710
TOTAL	33222	19574



INOVAÇÕES

O Governo de Minas investe em tecnologia para avançar as fiscalizações ambientais no estado. Ainda este ano será inaugurada a Sala de Situação de Combate ao Desmatamento e Carvão Ilegais de Minas Gerais. Será um centro de monitoramento com computadores de última geração, painéis de vídeo e equipe dedicada ao monitoramento das ocorrências de desmatamento e de irregularidades na cadeia do carvão vegetal. Em fevereiro deste ano, a Semad entregou 215 tablets à Polícia Militar de Meio Ambiente, para fortalecer o trabalho de combate às infrações e crimes ambientais, e mais entregas de outros equipamentos, como drones e viaturas, estão previstas para este ano.

O IEF também está empregando novas tecnologias para otimizar o processo de detecção dos desmatamentos. Até o final do ano de 2022, o monitoramento da cobertura vegetal era realizado através da análise visual de imagens de satélite. Quando identificada a supressão vegetal, é feito o cruzamento com atos autorizativos e constatado se há ou não irregularidades. Caso constatada a ilegalidade, a informação é repassada à Fiscalização da Semad, cuja meta é fiscalizar 100% desses dados.

Agora, o IEF opera o monitoramento de forma híbrida, incorporando em sua rotina dados provenientes de monitoramento automatizado, por intermédio de inteligência artificial, por meio de um

termo de cooperação com o Ministério da Justiça para uso da plataforma Brasil Mais.

Essa alteração metodológica traz maior capacidade de monitoramento, uma vez que as imagens que são utilizadas possuem maior resolução espacial, além do algoritmo possuir maior velocidade e capacidade de identificar alteração da paisagem a partir da análise espectral. A tecnologia consegue identificar, com mais precisão, pequenas áreas de desmatamento (menores que um hectare), permitindo uma ação mais rápida de fiscalização nessas áreas e evitando um dano ambiental mais intenso.

Além disso, o IEF vem desenvolvendo, desde setembro de 2022, o banco de dados geoespacial das áreas autorizadas para intervenção ambiental. Compilado a partir dos dados dos processos de intervenção ambiental deferidos pelo IEF, Semad e municípios conveniados, o banco é alimentado continuamente e está disponível na plataforma IDE-SISEMA. Isso representa uma evolução na transparência da informação e melhoria da qualidade do trabalho. Dessa forma, o monitoramento contínuo da cobertura vegetal pode comparar áreas de desmatamento identificadas em imagens de satélite com os limites das áreas de intervenções autorizadas, tornando-se mais assertivo.



FOMENTO FLORESTAL E RESTAURAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Estadual de Florestas (IEF) possui como uma das suas atribuições promover a conservação e a recuperação da cobertura vegetal nativa, mediante o incentivo à restauração e/ou reflorestamento, bem como a implementação de outros instrumentos e tecnologias ambientais.

Atualmente, as ações de restauração são conduzidas sob o guarda-chuva do Programa de Regularização Ambiental, um dos maiores programas de recuperação ambiental em operação no mundo. O PRA busca a regularização dos passivos ambientais de imóveis rurais gerados em áreas de preservação permanente, reservas legais (anteriores a 22/07/2008) e áreas de uso restrito (anteriores a 25/05/2012).

A restauração e/ou conservação da vegetação nativa traz inúmeras vantagens, e possui o potencial de movimentar a economia local, e gerar benefícios não só aos pequenos agricultores, mas também às comunidades em que se inserem.

Minas Gerais tem cerca de 951 mil imóveis rurais registrados em sua base do Cadastro Ambiental Rural (CAR), sendo 93% deles de propriedades em regime familiar, o que representa 40% da área do estado. Cerca de 60% dos proprietários já manifestaram interesse em aderir ao PRA.

Uma análise preliminar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que desenvolveu uma tecnologia inovadora para análise do CAR, indica que somente 3% dos imóveis rurais mineiros possuem menos área de reserva legal do que deveriam (de acordo com o Código Florestal), e 40% possuem um excedente de vegetação nativa

que pode ser ofertado como compensação para outros imóveis ou receber recursos através de pagamento de serviços ambientais. Além disso, estima-se que aproximadamente 75% dos imóveis rurais do estado não possuem pendências significativas.

Além disso, o Instituto desenvolve o Programa de Fomento Florestal, para promover a conservação, recuperação e o desenvolvimento florestal sustentável. Essa iniciativa oferta também assistência técnica, através das unidades regionais do IEF, bem como a doação de mudas e insumos aos produtores rurais interessados em recuperar suas áreas, de acordo com a disponibilidade do Instituto.

O IEF conta com 47 viveiros sob sua gestão para a produção de mudas de espécies nativas. De 2019 a 2022, foram produzidas mais de um milhão e meio de mudas para reflorestamento.



47 VIVEIROS DE MUDAS

+ 1,5 MILHÃO

MUDAS PRODUZIDAS PARA REFLORESTAMENTO 2019 A 2022

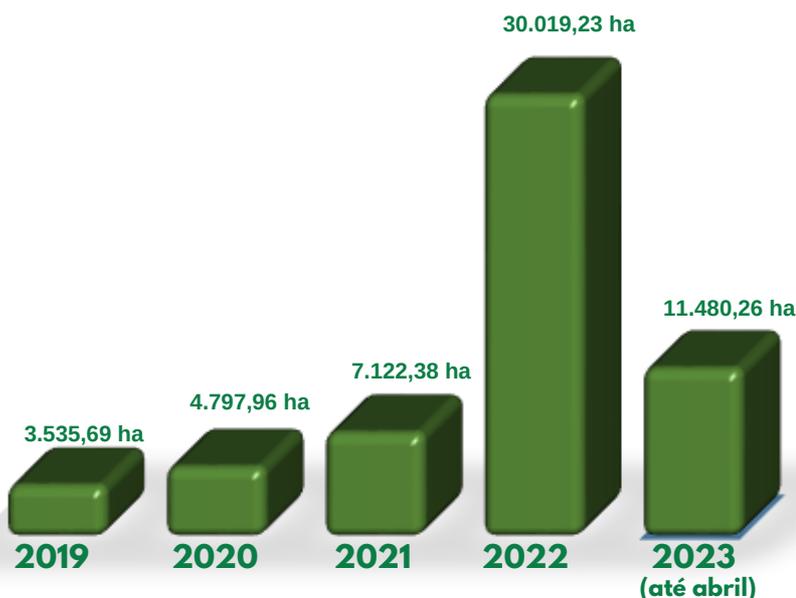


ÁREAS RECUPERADAS

As ações para a destinação de áreas para a conservação e ou restauração ambiental são executadas pelo IEF, com o objetivo de conservar, ampliar e consolidar as áreas de vegetação nativa e recuperar as regiões degradadas ou alteradas. A meta prevista para o ano de 2023 é a conservação/recuperação de 18 mil hectares, em que são consideradas: áreas de reserva legal; compensações aprovadas nos processos de licenciamento e intervenção ambiental; áreas aprovadas em processos do Programa de Regularização Ambiental – PRA; e as fomentadas pelo IEF.

O gráfico a seguir mostra a evolução dos resultados dessa ação de nos últimos anos, totalizando 57 mil hectares de área recuperada.

Áreas destinadas à Conservação/Restauração



PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

A Mata Atlântica é um bioma que se destaca pela exuberância, grande diversidade de ecossistemas e variedade de espécies de plantas e animais. Atualmente, Minas Gerais conta com mais de 11 milhões hectares de remanescentes de vegetação nativa de Mata Atlântica (considerando os limites do Mapa da Lei 11.428/2006), além de 1,6 milhão de hectares (fora dos limites desse mapa), considerando remanescentes de vegetação típica da Mata Atlântica em áreas de transição. Isso representa 40% da área total do bioma e cerca de 19% do total do território mineiro.

As ações de conservação e proteção do bioma são norteadas pelo Plano Estadual de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, documento construído pelo Sisema.

Dentre elas estão criação e gestão de unidades de conservação, fomento florestal e recuperação de ecossistemas, monitoramento florestal, fiscalização e regularização ambiental, implementação e gestão do Programa de Regularização Ambiental e implementação de corredores ecológicos.

Vale destacar que Minas conta com a legislação mais rigorosa, no que diz respeito à supressão da Mata Atlântica autorizada, do que a Lei Federal 11.428/2006, que prevê a adoção de medidas compensatórias. O art. 48 do Decreto nº 47.749/2019, determina uma compensação de 2 hectares preservados para cada 1 hectare desmatado.



PLANO DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO CERRADO

O cerrado é um bioma rico em biodiversidade e predominante no estado. A maior parte das áreas desmatadas em Minas estão dentro desse bioma. Um dos caminhos necessários para a proteção é a convergência de esforços para conciliar os setores produtivo e ambiental na busca pela conservação e recuperação dos recursos naturais.

Diante disso, uma das ações propostas pelo Estado é a construção dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação do Cerrado (PMCC), com o objetivo de promover o uso sustentável dos recursos naturais, em prol do desenvolvimento sustentável nas regiões mais críticas em relação ao desmatamento.

A ideia é instrumentalizar os municípios, inicial-

mente aqueles com os maiores focos de desmatamento, para o desenvolvimento de políticas e ações de produção sustentável, bem como conservação e recuperação de vegetação nativa, em especial das áreas legalmente protegidas.

A estratégia para a elaboração dos PMCC prevê a realização de um diagnóstico dos arranjos produtivos locais; oficinas e dias de campo para a promoção de boas práticas de sustentabilidade, orientações sobre o CAR e o PRA e importância da regularização prévia para intervenção ambiental; implementação e monitoramento dos planos; e identificação de oportunidades de captação de recursos, em ações com foco no uso sustentável dos recursos naturais.

DENÚNCIAS



A colaboração de todos é fundamental para o combate ao desmatamento! Faça também a sua parte, denuncie!

A denúncia ou solicitação de fiscalização ambiental pode ser feita pelo **LigMinas** (ligue 155 - opção 7) ou por este link: www.meioambiente.mg.gov.br/-denuncia-ambiental-solicitar-fiscalizacao-ambiental



MEIOAMBIENTE.MG.GOV.BR



[MEIOAMBIENTEMINASGERAIS](https://www.instagram.com/MEIOAMBIENTEMINASGERAIS)



[MEIOAMBIENTEMINASGERAIS](https://www.facebook.com/MEIOAMBIENTEMINASGERAIS)

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.